



# PROJETAR 2003

I SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA  
NATAL DE 07 A 10 DE OUTUBRO, RN/BRASIL. PPGAU-UFRN

## A PAISAGEM COMO ELEMENTO DE CONCEPÇÃO E DE ANÁLISE DO PROJETO

**BRITTO DE MORAES, Marília**

Arquiteta, Mestre pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – e-mail:  
mariliabr@uol.com.br. São Paulo, SP - Tel: 11 3644 9008

### **RESUMO**

A definição de um projeto leva em conta uma série de condicionantes para que, de forma abrangente e interdisciplinar, seja capaz de estabelecer uma relação adequada com o contexto em que se inserirá, segundo padrões de valor e de culturas, cuja tradução se faz clara e imediata através da leitura, compreensão e incorporação dos elementos e processos da paisagem – por sua vez produto e processo das relações humanas no espaço e no território ao longo do tempo – possibilitando a devida seleção e hierarquização dos condicionantes do partido arquitetônico.

### **Palavras-chave**

Paisagem, projeto, condicionantes.

### **ABSTRACT**

Designing involves various interdisciplinary and comprehensive factors, resulting an appropriate relationship with its context, according to value and culture patterns, easily and clearly translated through the reading, understanding and incorporation of landscape elements and processes – itself a product as well a process of the human relationships in space and territory over time – facilitating adequate selection and priorities for designing determinants.

### **Keywords**

Landscape, design, determinants.

### **PLANEJAMENTO, PROJETO E PAISAGEM**

Abrangente e interdisciplinar, o processo de projetar – quer nos projetos de uma casa, quer nos de uma determinada porção do território – guardam diferenças, claro, de abordagem, como de escala, mas ao mesmo tempo que guardam identidades. E o primeiro passo para que sejam estabelecidas e possam, assim, contribuir para a coerência e harmonia do partido arquitetônico e o contexto em que se insere, dá-se com a identificação das relações entre essas diferentes escalas. Assim é que o fato da proposta final dizer respeito ao lote restrito, o objeto construído será um elemento a mais na paisagem e no contexto – que necessita ser delimitado e avaliado. Quais os limites dessa análise?

Patrick Geddes (1854-1932) estabeleceu o “levantamento” como a primeira atividade básica num processo de planejamento. Hall<sup>1</sup> lembra que o conceito de região natural de Geddes tem como exemplo a “seção de vale”. E, chamado para elaborar um plano metropolitano, decidiu por um levantamento mais geral e comparativo: “São preferíveis os começos mais simples (...) a perspectiva clara, a visão mais panorâmica de uma determinada região geográfica”, como por exemplo, uma bacia hidrográfica, é um item essencial para o estudioso das cidades

---

<sup>1</sup> Hall, 1988, p. 162.

e das civilizações. Para Geddes, o planejamento deveria começar pelos recursos de uma determinada região natural, das respostas que o homem dá a ela e das complexidades resultantes da paisagem cultural<sup>2</sup>. Em 1925 ele propunha que se traçassem cortes transversais para verificar as relações entre clima, vegetação e vida animal, além de todos os tipos humanos: “esses povos (caçador, pastor, camponês pobre e rico) passaram, cada um, a urbanizar os seus próprios povoados e aldeias com um tipo característico de família, de costumes e até mesmo de instituições; e não simplesmente construções para moradia; embora cada um desses elementos contivesse em germe o estilo arquitetônico que lhe era adequado, desse jeito agrupam-se suas aldeias...”.

Mas se é difícil definir os limites de uma região, não é fácil nem definir o que é região. Para Leite<sup>3</sup>, é certo que está intimamente ligada às formas de produção que vigoram em determinado momento histórico. A região é uma unidade arbitrária, com limites políticos e/ou administrativos, no Brasil, caracterizada por sua especialização funcional, mas também pela quantidade e pela densidade das relações que caracterizam essas funções.

Milton Santos denunciou a tentativa do capital hegemônico ultimamente buscar eliminar as diferenciações regionais, e de ter mesmo “proibido pensar que a região existe”, quando, bem ao contrário, são suporte das relações globais, não podendo ser ignoradas. A região pode ser considerada um lugar, desde que a regra da unidade e da continuidade do acontecer histórico se verifique<sup>4</sup>.

Por sua vez, paisagem, em inglês *landscape*, significava, na origem, tanto uma unidade de ocupação humana, uma jurisdição, quanto algo de efeito pictórico<sup>5</sup>. Em português o termo *paisagem* veio do francês, *paysage*, originado da influência do *pays* – lugar com o qual as pessoas se identificam, sua terra.

Região e paisagem não são a mesma coisa; a identidade entre elas se dá nas diversas localidades a serem trabalhadas em conjunto, a partir da percepção na escala do lugar. Ambas são o resultado de ações simultaneamente sociais e espaciais, numa identidade que não é instantânea, mas ambas são processos, não apenas produtos.

Milton Santos dizia que a paisagem vai até os limites do olhar<sup>6</sup>, o que é facilmente compreendido, podendo ter uma definição, mesmo, intuitiva. Mesmo o cidadão comum sabe o que é a vista, o entorno, o bairro. Antonio Cândido<sup>7</sup> coloca a importância do bairro na comunidade rural caipira sob influência paulista, unidade que se consolidará também nas cidades, o que é confirmado por Vicente del Rio<sup>8</sup> na sua proposta de desenho urbano.

Existe uma relação por definição, quase, entre paisagem e história: se para a História, paisagem é a estratificação do trabalho social que se sucede sobre o território, para a história de cada um constitui uma referência da evolução do ambiente e do grupo<sup>9</sup>.

A história de um território é uma história de movimentos, diz Leite. É a história do seu espaço e das paisagens. “Sendo história, envolve ações, é história de objetos qualificados e de sua articulação no território, diretamente, mas também de seu valor relativo no espaço, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso<sup>10</sup>.”

É direta, pois, a relação entre a paisagem e a gente que nela vive, através de seus produtos. A arquitetura, a conformação de seus espaços, suas áreas de lazer e de trabalho são indicadores

---

<sup>2</sup> Hall, 1988, p.165.

<sup>3</sup> Leite, 1994, pp.14,49.

<sup>4</sup> Santos, 1996, pp. 132,196.

<sup>5</sup> Schamma, 1996, p.20.

<sup>6</sup> Santos, 1996, p.83.

<sup>7</sup> Candido, 2001.

<sup>8</sup> Del Rio, 1990.

<sup>9</sup> Leite, 1994, p.49.

<sup>10</sup> Leite, 2001, p.433.

claros dos mods-de-vida daquela população. sua dinâmica, os ruídos gerados por suas atividades, seus odores, que, junto a tantos outros reflexos, vão permitir-nos conhecer determinada comunidade através da paisagem. e, de forma evidente, seus valores.

E é da maior importância a qualidade e a coerência de uma interferência numa paisagem – patrimônio da sociedade – e merecedora do maior cuidado na sua intervenção. Ainda que o projeto vise destacar-se na paisagem, tais critérios devem ser atendidos, numa busca de valorização do conjunto e das relações obtidas entre seus elementos.

Lembrando Darcy Ribeiro, nós, latino-americanos, “somos povos ainda na luta para nos fazermos a nós mesmos como um gênero humano novo que nunca existiu antes. Tarefa muito mais difícil e penosa, mas também muito mais desafiante”.<sup>11</sup> O Brasil tem expressão significativa pelo seu porte e especificidades, como ele observa, que passa no mais das vezes, pela multiplicidade étnica e cultural que aqui se foi entremeando pelas também múltiplas paisagens. É caldo de cultura mais que rico para processos de apropriação do espaço, com intervenções originais e de qualidade, valorizando nossa bagagem cultural e criatividade.

Como disse Edgard Graeff, o espaço criado pela arquitetura brasileira será valioso e autêntico na medida em que melhor atender às necessidades e aspirações da vida humana no Brasil. “nenhum julgamento sobre o valor do espaço criado entre nós merece respeito se não estiver solidamente apoiado no conhecimento das condições de vida do homem brasileiro”<sup>12</sup>.

## **ARQUITETURA DA PAISAGEM E ARQUITETURA NA PAISAGEM**

A Arquitetura da Paisagem vem sendo uma importante vertente no estudo das relações entre homem e natureza. Laurie lembra que o solo é um dos bens mais caros que o mundo possui e é lógico que o planejamento de seu uso e conservação sejam matérias sociais e políticas fundamentais. “A arquitetura paisagista atende ao planejamento e projeto do solo e água, a fim de que a sociedade extraia proveito a partir da compreensão destes sistemas”<sup>13</sup>.

Nesse sentido, é importante que compreendamos os processos naturais que compõem e estruturaram a paisagem. Mas também os processos sociais que representam – ou resultam – da utilização da paisagem ou do entorno, assim como a forma que resulta. Laurie formulou uma metodologia para análise, avaliação, síntese e resolução do problema, para o que se necessita de uma técnica que encaminhe a solução em termos práticos. Diz ele que, se o planejamento liga-se a procedimentos políticos e econômicos, o projeto envolve cultivo e construção. A arquitetura paisagista deve apoiar-se em um conjunto de valores que devem ser assumidos e vividos – desenvolvendo-se prioridades e referendar uma ética do solo, ambos em relação com sua firme crença na “alternativa de sobrevivência”. O impacto ambiental deve ser analisado em contexto regional. A quantidade deve se equiparar à qualidade.

Frederick Law Olmsted teria cunhado o termo arquiteto da paisagem em 1858. Além de parques para as cidades, projetou sistemas de espaços urbanos livres, modelos de tramas urbanas e redes de circulação, elaborou zoneamentos, campus universitários e propriedades particulares, além de ter despendido esforços conservacionistas, contribuindo para a criação da primeira paisagem protegida, em Yosemite Valley, na Califórnia.

Já para Garret Eckbo, a arquitetura paisagista abraça a parte da paisagem que o homem desenvolve e conforma. É o estabelecimento de relações entre a construção, a cobertura e outras estruturas exteriores, a terra (...) as massas de água, as plantas e o ar livre e as formas e características representativas da própria paisagem; porém com uma incidência primordial no conteúdo humano, na relação entre as pessoas e a paisagem, entre os seres humanos e um espaço exterior que quantitativa e qualitativamente é tridimensional”<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Ribeiro, 1995, p.454.

<sup>12</sup> Greff, 1979, p.2.

<sup>13</sup> Laurie, 1983, p. 11.

<sup>14</sup> Eckbo apud Laurioe, 1983, p. 23.

Por sua vez, John Tillman Lyle inicia um dos seus livros lembrando que cada pedaço de terra no planeta tem uma história com 4 milhões e meio de anos, denotando, no mínimo, a responsabilidade que temos em nossas intervenções. A partir de sua idéia de Ecossistemas Humanos, propõe o *ecosystem design*, consciente de sua complexidade. Considerando que cada ecossistema é parte – ou sub-sistema – de um sistema mais amplo que, por sua vez, abrange diversos ainda menores subsistemas, há ligações a serem estabelecidas entre unidades maiores e menores. Constituem um leque de escalas hierarquizadas, correspondendo ao conceito de níveis de integração na natureza ou em outro sistema organizado.

Cabe explorar, no bom sentido, os processos naturais, adotando-se uma participação criativa nestes, dando forma a fenômenos físicos, representados em diversas escalas. O planejamento da paisagem se aplica na medida em que são trabalhadas escalas mais amplas que aquela necessária ao edifício. “Planejamento e projeto estão assim intimamente ligados e trabalham em reciprocidade, ao ponto, às vezes, de se tornarem indistintos”.<sup>15</sup>

Pode-se dizer que Mc Harg<sup>16</sup> foi o precursor de uma abordagem que viria a se consolidar no planejamento ambiental, entendido como base metodológica até para planos de manejo de unidades de conservação, a partir de cartas/ mapas relativos aos diferentes temas necessários às especificidades locais e/ou regionais, visando a conservação da dinâmica da paisagem.

A paisagem tem-se mostrado tão adequada na sua relação entre seres humanos/ comunidades e ambientes que, mesmo do ponto de vista da conservação por meio de áreas protegidas, mais e mais consolida-se o conceito de Paisagens Protegidas. Essa e outras categorias semelhantes valorizam a interação sustentável entre homem e natureza em lugar da anterior preservação com a desocupação humana dessas áreas<sup>17</sup>.

Em Portugal, Francisco Caldeira Cabral definiu a Arquitetura Paisagista como sendo a arte de ordenar o espaço exterior em relação ao homem. A respeito de existirem “duas” arquiteturas, Magalhães diz que “as duas Arquiteturas têm por objetivo produzir uma Forma, mas os pressupostos dessa Forma incluem, no caso do Arquiteto paisagista, a Ecologia e todos os materiais nela incluídos, enquanto para o Arquiteto, no outro extremo da linha que une o espaço exterior ao espaço interior, os materiais e as matérias utilizadas dizem respeito à construção dos edifícios. No intervalo entre estes dois extremos, está um espaço comum – o espaço exterior urbano, e as mesmas ferramentas intelectuais e conceituais”<sup>18</sup>.

É justamente nesse espaço em comum - nas identidades e ligações existentes entre ambas as abordagens - é que se verifica a lacuna de atividade a ser preenchida pelo arquiteto. Lacuna que requer a incorporação de algumas das etapas de análise da paisagem para a concepção do projeto arquitetônico de um lado, ao mesmo tempo que a extensão da arquitetura/ planejamento/ *design* para a escala mais ampla da paisagem, sugerindo usos e ocupação adequados, retomando-se conceitos de sistemas de áreas livres verdes e parques, entre outras ausências notáveis nos padrões urbanos brasileiros. Sim, padrões, no plural, pois o processo de ocupação do território brasileiro – e sua própria constituição – conferiu extremas desigualdades regionais, sociais, e, por conseguinte, estéticas e de qualidade de vida.

Dada a diversidade brasileira, cabe analisarem-se os fatores inerentes à realidade de cada lugar, na busca pela valorização da identidade local e regional enquanto elemento de resgate da qualidade da produção nacional arquitetônica e urbanística.

As periferias das grandes cidades têm a linguagem possível, considerando os materiais e técnicas mais acessíveis, resultando numa paisagem homogênea em grande medida na pobreza da qualidade de vida. Já os altos padrões das minorias transpõem conceitos e soluções arquitetônicas e urbanísticas importadas, denotando os mesmos problemas de insegurança

---

<sup>15</sup> Lyle, 1999, p.15.

<sup>16</sup> Mc Harg, 1969 (1992).

<sup>17</sup> IUCN, 2002.

<sup>18</sup> Magalhães, 2001, p.65.

desde a época colonial: base nos modelos do Primeiro Mundo, improvisando soluções técnicas e ausentes algumas algumas soluções tecnológicas.

Questões amplas e profundas, que não se resolvem tão somente em nível urbanístico, ainda que fossem eficientes as políticas públicas, mas que precisam ser abordadas, questionadas, refletidas, desde a concepção do projeto. Por isso a referência à arquitetura *na* paisagem, fator transformador do espaço e da vida dos cidadãos – habitantes das cidades ou dos campos – processo de apropriação e uso, processo e produto: a própria paisagem sendo construída.

A época áurea da arquitetura brasileira continua sendo festejada no exterior, mais que por aqui: a desconstrução característica do *modus vivendi* da nossa gente não vem permitindo a presumível evolução e nem a constituição de um patrimônio arquitetônico em bom estado. Brasília, Ouro Preto enfrentam graves dificuldades de conservação, ou São Paulo já contabiliza três cidades numa só, no mesmo espaço: taipa, tijolo e concreto.

Predadores de recursos e de culturas, nossos protagonistas da história não têm tido a capacidade de meditar a respeito de eventuais vícios repetidos, que terminam por reiterar a subserviência a outras sociedades do aspirado Primeiro Mundo. Há, portanto, muito que discutir na construção da paisagem brasileira, com ricos elementos naturais e rico caldo de cultura para produção do elemento construído.

### **Partido arquitetônico: técnica e arte**

A definição de um projeto, no jargão dos arquitetos, pressupõe um “partido” que seria a “consequência formal derivada de uma série de condicionantes ou determinantes, ou condicionadores, elencados por Lemos<sup>19</sup> como os seguintes:

“a) A técnica construtiva, segundo os recursos locais, tanto humanos, como materiais, que inclui aquela intenção plástica, às vezes subordinada aos estilos arquitetônicos.

b) O clima.

c) As condições físicas e topográficas do sítio onde se intervém.

d) O programa de necessidades, segundo os usos, costumes populares ou conveniências do empreendedor.

e) As condições financeiras do empreendedor dentro do quadro econômico da sociedade.

f) A legislação regulamentadora e/ou as normas sociais e/ou as regras da funcionalidade”.

Tais pressupostos guardam em si mesmo importantes valores eleitos pela cultura da sociedade em pauta, que variam, assim como as condições fisiográficas, financeiras etc. A formação do arquiteto consiste no fornecimento de subsídios teóricos e práticos através de ampla gama de disciplinas, que, supõe-se, serão processadas e sintetizadas no momento de se optar por uma solução de projeto. O que nem sempre acontece, como se sabe, por uma série de razões que merecem discussão, alguns deles de difícil transposição.

O que se prega neste trabalho é o estabelecimento da análise do *contexto* onde se dará a intervenção, que vai além dos limites do lote ou gabarito permitido pela legislação, mas, na verdade, a leitura mais pormenorizada das múltiplas facetas da realidade em que irá se intervir. Para isso necessitar-se ia sistematizar o resgate do conhecimento adquirido de forma dispersa, por vezes aleatória, na apreensão do conhecimento durante o estudo da arquitetura e do urbanismo, incorporando novos instrumentos de aspectos importantes para a sociedade atual e futura.

Dentre as muitas características da mentalidade brasileira estão a simpatia a mudanças e a fácil absorção de padrões exógenos, mas não simples cópia e, sim, aculturação de elementos avaliados como úteis e interessantes. Ou seja, dando-se a matéria-prima de qualidade ao jovem arquiteto, ele é capaz de produzir uma, duas, três ou mais soluções possíveis. O que se observa na prática do projeto na escola, entretanto, é a ânsia por criar algo novo, de destaque, genial, mesmo, se possível, a partir de uma base insuficiente de dados, informações e processos históricos.

---

<sup>19</sup> Lemos, 1982 , p.9.

A partir dessas considerações, apresenta-se aqui a proposta, simples, de se proceder a uma leitura dos diversos aspectos aparentes (ou não) numa *paisagem* para a concepção de um projeto, o que constitui um exercício prático, concreto, capaz de trazer à tona os múltiplos fatores envolvidos na formação da sociedade brasileira. Um deles, inclusive, a repetitiva confiança no artigo estrangeiro.

E uma análise de tantas variáveis conjugadas e intervenientes só é possível através da abordagem por escalas diferentes, apropriadas ao contexto mais amplo – a região, até o local – o lote. Ou, em níveis intermediários de intervenção, a quadra, o bairro etc.

A experiência vem demonstrando que três escalas refletem diferentes pontos mínimos necessários à busca pela compreensão do contexto, quer em matéria de *planejamento regional*, *planejamento ambiental* ou de *projeto/ design*. Considerando a preocupação com se temos uma Arquitetura da paisagem, ocorre que as diferentes nomenclaturas contribuem para uma avaliação apriorística dos alunos de que se tratam todos de temas completamente desvinculados uns dos outros. Reforça tal fato a própria organização acadêmica – departamentos, grupos de disciplinas e outras formas de divisão e organização de espaços. Além disso, diferentes escolas – uma rica disputa da nossa época áurea modernista – diferentes tradições e, por que não, diferentes *estilos*?

Em termos metodológicos, a avaliação de impactos ambientais aportou incrementos à análise de uma área de intervenção, obrigando à delimitação de uma área de influência, ademais dos aspectos regionais. A conjugação de conhecimentos e práticas metodológicas consolidadas atualmente contribui para a implementação final do projeto, analisando-se os muitos fatores intervenientes, sendo que qualidade ambiental, qualidade de vida e qualidade estética têm pontos comuns: a sociedade.

## **Conclusões**

O Brasil tem massa crítica e produção cultural potencialmente rica e suficiente para propiciar o ressurgir da criação arquitetônica na nossa sociedade. A música, o artesanato, as tradições culturais brasileiras dão mostras dessa capacidade dado o sucesso que fazem, não só internacionalmente, mas também por aqui. É algo de que nos orgulhamos e usufruímos, e fruto de nossas raízes.

As técnicas construtivas - desde as sociedades indígenas e posterior assimilação e mistura dos conhecimentos europeus e africanos - adaptaram-se com sucesso às dificuldades climáticas e de recursos naturais.

Por outro lado, a disparidade regional – econômica e social – no Brasil demanda o tratamento cuidadoso dos recursos culturais e naturais, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida, sim, sem a perda desse rico patrimônio. A variedade de paisagens – ecossistemas, culturas, sotaques, músicas e climas – organiza tudo isso de forma eloqüente frente aos nossos olhos.

Na vertente da conservação do patrimônio há muito por ser feito, é certo. Porém o é igualmente no campo da produção arquitetônica e urbanística criteriosa e adequada à nossa sociedade. A análise da paisagem enquanto elemento de concepção e de análise do projeto contribuiria em muito para a visão integrada das múltiplas variáveis rapidamente aqui abordadas. Produto e processo, natural, cultural, urbana, rural; algo próximo a cada um de nós; a paisagem é capaz de traduzir a memória do indivíduo em seu lugar, despertando a responsabilidade na intervenção e zelo por sua conservação.

O trabalho por meio de escalas diferenciadas permitem a visão regional, ou de conjunto, passando pelo entorno mais próximo em que o projeto vai se aplicar e, por fim, da área propriamente dita. A abordagem sistemática advinda das metodologias com preocupação ambiental, mormente, podem contribuir para a correta inserção do projeto no meio, trazendo

aportes interessantes do que pode ser a fonte de inspiração para o partido arquitetônico a ser adotado pelo arquiteto.

A prática multidisciplinar, mais uma vez, se mostra mais rica que a individual, isolada. Se Ragon propunha uma *Urbanologia*; se os recursos tecnológicos atuais requerem mais e mais especialistas; se o quadro de preocupações da sociedade se amplia, também a produção arquitetônica passa por novas etapas e procedimentos para concepção e análise.

As idéias aqui tão somente alinhavadas pretendem iniciar uma discussão investigando novas abordagens e estratégias para o devido aproveitamento do potencial brasileiro em termos de produção arquitetônica, apropriando-se de forma criteriosa e criativa do espaço privilegiado brasileiro, amplo em território, recursos naturais e culturais.

Os componentes da imagem do meio ambiente apontados por Lynch: identidade, estrutura e significado interagem em conjunto, não tendo tampouco sentido na estanqueidade entre os meios rural e urbano, componentes de uma mesma paisagem, cuja unidade de análise será definida através de critérios próprios e particulares a cada caso.

Repensar o processo de criar pode trazer inovações e soluções no processo, por sua vez, de repensar o papel do arquiteto em nossa sociedade hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITTO DE MORAES, Marília. **Área de Proteção Ambiental como Instrumento de Planejamento e Gestão: APA Cananéia-Iguape-Peruíbe, SP**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAU USP, 2000.

Uma Introdução ao Planejamento Urbano de Ilha Comprida. In: **Paisagem Ambiente Ensaios**. nº 10. São Paulo: FAU- USP, 1996.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, (9ª. ed.)2001.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

FERRARA, Lucrecia D'A. **Ver a Cidade**. São Paulo: Nobel, 1988.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 16ª. ed., 1976.

GRAEFF, E.dgard A.Cidade utopia. belo Horizonte: Vega, 1979.

HALL, Peter. **Cidades do Amanhã- Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988.

HOLANDA, Sergio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAURIE, Michael. **Introducción a la arquitectura del paisaje**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S. A., 1983.

LAVINAS, L; CARLEIAL, L.M.F. & NABUCO, M. R. (org) **Reestruturação do Espaço urbano e Regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/ HUCITEC, 1993.

LEITE, M. A. F. Pereira. **Destruição e Desconstrução?** São Paulo: Hucitec/ FAPESP, 1994.

LEMONS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

Uma história de movimentos. In: **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**/ Milton Santos, María Laura Silveira – Rio de Janeiro: Record, 2001.

LYLE, Jonh T. **Design for Human Ecosystems: Landscape, Land and Use, and Natural Resources**. Washington, DC: Island Press, 1999.

LYNCH, Kevin. a Imagem da Cidade. Lisboa: Edições 70,

Mc HARG, Ian L. **Design With Nature**. New York: John Wiley and Sons, Inc, 1992.

MAGALHÃES, Manuela R. **A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: EDUSP, Melhoramentos, 1980.

PHILLIPS, Adrian. **Management Guidelines for IUCN Category V Protected Areas . Protected Landscapes/ Seascapes**. IUCN Gland Switzerland and Cambridge, UK: IUCN/ Cardiff University, 2002.

RAGON, Michel. *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme modernes*. Três volumes. Paris: Casterman, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Milyon. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

LEITE, M. A. F. P. A Natureza e a Cidade. In: SOUZA, M.A. A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F.C., ARROYO, M. (Org) **O Novo Mapa do Mundo. natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica**. São Paulo: HUCITEC- ANPUR, 1994.